



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Pedro Guerra

**A CRISE DO ENCILHAMENTO E SEUS REFLEXOS NO
BRASIL: UM ESTUDO DE CASO**

Brasília – DF
2021

PEDRO PAULO ROCHA GUERRA OLIVEIRA

A CRISE DO ENCILHAMENTO SEUS REFLEXOS NO BRASIL

Projeto de monografia apresentado ao Instituto de Ciência Política como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Cientista Político.

Brasília

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Ruth Guerra, por ter me proporcionado desenvolvimento de grande parte do que sou. O privilégio de um contexto familiar equilibrado em que os exemplos vêm de casa foi ambiente ideal para germinar o estado de felicidade em que me encontro ao lembrar dos bons momentos vividos por ter sido seu filho. Infelizmente não tive a sorte de ter visto seu orgulho ao me ver graduado.

Agradeço também a maior herança que poderia ter me deixado: minha irmã, Mariana Guerra. Por ter me ajudado a manter parte do equilíbrio necessário para uma produção, pelas inúmeras ajudas, por ter me aturado e por continuar sendo, apesar dos pesares, uma rede de apoio praticamente isenta de falhas.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é realizar um estudo de caso acerca da crise do encilhamento através de uma análise econômica- social do final do século XIX marcado pela abolição da escravidão. Este trabalho se justifica por tratar das nuances de uma das crises severas protagonizadas pelo Brasil. Ainda que sejam únicas, as crises apresentam similaridades, e, como o Estado lida com elas.

Esse período foi marcado por um conjunto de fenômenos que acarretou em um desequilíbrio econômico e social causados pela emissão de moeda, que ocorreu com reação à fuga de capital e não arrecadação de receitas advindas de tributos que seriam pagos pela classe importadora.

palavras-chave: Escravidão. Economia. Encilhamento.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 5 |
| 2 | A ABOLIÇÃO..... | 7 |
| 3 | A ECONOMIA..... | 9 |
| 4 | A CRISE..... | 13 |
| 5 | CONCLUSÃO..... | 17 |
| 6 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 19 |

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo de caso acerca da crise do encilhamento e suas consequências econômicas no Estado. Pretende-se, aqui, examinar a construção da crise, tratar sobre o período que a antecede e entender seus desdobramentos imediatos e os reflexos que perduraram na economia e formação social do Brasil.

O final do século XIX encerrou o período escravista brasileiro, e os eventos que antecederam esse desfecho serão aqui analisados com o objetivo de compreender como foi formada aquela que ficou conhecida posteriormente como Crise do Encilhamento.

O contexto da época testemunhou um conjunto de fenômenos que acarretou em desequilíbrio econômico e social, tendo como fatores desencadeadores: 1. emissão de moeda; 2. fuga de capital; e 3. não arrecadação de receitas advindas de tributos que seriam pagos pela classe importadora. A escassez de recursos foi a consequência natural de um período cujos fatores de risco tomaram proporções insustentáveis, e a economia, enfraquecida, viu-se ainda mais dependente do mercado de café.

Sendo crise econômica um período em que há variação abrupta, esperada ou não, da produção de bens e/ou serviços de uma unidade social geográfica, um cenário lido como crise necessariamente apresenta uma variação negativa da atividade econômica da sociedade em relação ao patamar em que se encontrava até a ruptura.

As variáveis que compõem a economia de um Estado estão sujeitas a oscilações que podem resultar em um desequilíbrio, de forma a desencadear distorções em relação às intenções do Estado. Considerando que as intenções de um Estado variam de acordo com o contexto do mesmo, uma crise é um evento que impede, parcial ou totalmente, a continuidade do projeto desenvolvido no território em questão. Variáveis como os custos de mão de obra, quantidade de moeda circulando no país, conflitos armados e flutuações cambiais afetaram de forma encadeada a economia da última fase do Império. Os números apresentados por, entre outros fatores, produção agrícola, industrial, emprego e renda diminuíram sensivelmente resultando em uma crise doméstica - aquela que encontra reflexos no espaço político-geográfico em que se originou.

À medida que a crise se desenrolou, o desequilíbrio em variáveis de interesse social como desemprego e inflação ficou nítido e fez-se necessária uma postura mais intervencionista com o objetivo de diminuir os danos causados pela queda abrupta da atividade econômica. Os estados, então, abandonam a idéia de auto regulação, e se

desenvolvem de maneira não uniforme, sem convergirem para o liberalismo ou protecionismo na gestão econômica do país.

Nas palavras de Frederico Mazzucheli:

“Sem a pronta e contínua injeção dos recursos públicos o colapso teria sido total, diante da absoluta preferência pela liquidez, com fuga desenfreada para os títulos da dívida pública, sobretudo americanos. A ação dos governos, tipicamente keynesiana, tem sido a de buscar a restauração do circuito do crédito-gasto-renda, nem que para tanto seja necessário estatizar (ainda que parcial e temporariamente) parcela significativa do sistema financeiro” (Mazzucchelli, 2008, p 03).

Observa-se, dessa forma, que o liberalismo econômico, bem como o protecionismo, se apresenta como sendo um instrumento a ser dosado pelo Estado. Os casos em que a não intervenção acarretaria em uma desordem econômica de grau elevado com resultados imprevisíveis, como esse, precisam ter amparo na política econômica vigente.

2. A ABOLIÇÃO

O final do século XIX encerrou o período escravista brasileiro e os eventos que antecederam esse desfecho serão aqui analisados com o objetivo de compreender como foi formada aquela que ficou conhecida posteriormente como Crise do Encilhamento.

É indispensável compreender que a formação econômica (e social) do país na época era pautada majoritariamente na cafeicultura e seus espólios. Nesse sentido, durante séculos, a principal força motriz da economia nacional vinha da venda de commodities com alto consumo internacional e a abundância do fluxo monetário neste setor fez com que outras áreas se desenvolvessem, principalmente nas regiões produtoras.

O setor agrícola, entretanto, dependia inteiramente da mão de obra escravizada. O tráfico e exploração de pessoas era, na época, indissociável do sucesso financeiro da elite nacional e, portanto, do desenvolvimento econômico do país. Argumentava-se que a agenda progressista colocava em risco a soberania nacional e a emergência do Brasil como país de primeiro mundo. À medida que avançava a luta internacional por Direitos Humanos, entretanto, a pressão crescia para que o Brasil, como todos os outros países que receberam pessoas traficadas, abdicasse dos abusos inaceitáveis perpetrados pela escravidão.

O começo do século XIX traz grandes mudanças no paradigma internacional. Após a abolição do tráfico de cativos pela Inglaterra, o país passa a abrir campanha para que o movimento seja acompanhado por outros impérios. Seja por razões econômicas ou ideológicas, o fato é que a abolição passa uma exigência britânica. Em 1808, com a ajuda inglesa para a transferência da sede do Império Português para o Brasil, o fim do tráfico passa a ser uma questão de tempo - uma questão curta. Em 1810, o acordo de Comércio e Navegação firmado entre os países estabelece, entre outros artigos, o fim do tráfico de pessoas escravizadas em um período de 15 anos. A independência brasileira é anunciada em 1822 e, com o fim do intermédio português nas tratativas, a necessidade de reconhecimento da legitimidade do Estado faz com que o Brasil decida assinar, em 1826, um acordo em que se comprometia a abolir o tráfico em 3 anos. Em 1831, portanto, foi publicada a Lei Feijó que estabelecia que seriam livres todos os cativos trazidos a terras brasileiras e condenados os responsáveis pelo comércio de pessoas escravizadas.

Até 1835, registrou-se uma queda considerável no fluxo de pessoas raptadas que entrava no Brasil, mas o número voltou a subir para um valor pouca coisa menor do que a década de 1820 a 1830. (CARVALHO, 2012 p. 110). Só em 1850, enfim, ocorre a liquidação do tráfico externo de escravos e essa lei, embora tenha sido bem sucedida em

impedir a entrada de pessoas traficadas, nada tratou dos que aqui estavam. A propriedade de pessoas exploradas era um ativo na época e, com a expectativa de vida pré histórica dos escravizados no Brasil, em pouco tempo produtores rurais se depararam com um esvaziamento das Senzalas e conseqüente aumento nos preços do ainda lícito comércio de matéria humana explorada.

Com a liquidação do tráfico externo de escravos, em 1850, apesar de se intensificar o inter-regional, a cafeicultura teve que assimilar crescentes custos de mão-de-obra, pois se elevaram os preços de escravos a partir daquela data (...) A resultante do que foi exposto será a diminuição das margens de lucro, como também a própria estagnação e futura decadência dessa economia (Tannuri, 1977, páginas 3 e 4)

Apresentados os fatos, é nítido que o setor agrícola teve tempo para se preparar para o novo cenário, mas a recusa dos barões de café de adaptar a mão de obra a um mundo sem escravidão levou o setor ao único desfecho possível: a crise da cafeicultura escalonou sensivelmente, e a necessidade de pagar pela mão de obra fez com que muitos produtores perdessem seu capital. As terras, até então hipotecáveis para concessão de crédito, passam a ser precária garantia diante da iminência de, por falta de mão de obra, ficarem exauridas em pouco tempo. O declínio do setor agrícola conduziu à seguinte cadeia: a escassez de terras e a eventual exaustão levaram a um alto custo de inversão, baixo rendimento para área cultivada e, conseqüentemente, diminuição no lucro com eventual estagnação da economia (Tannuri, 1977, pp. 4)

Embora a Crise do Encilhamento tenha transbordado logo após a Abolição da Escravatura, este gatilho se deve à ilegitimidade dos ganhos obtidos durante o período escravista. Todo o desenvolvimento econômico do Brasil se enraizou no potencial agrícola nacional, e este setor era inteiramente dependente de mão de obra humana não remunerada. Os custos, portanto, estavam desvirtuados e nunca houve uma preparação para quando se rompesse o molde cruel em que estava engessada a economia

3. A ECONOMIA

O curso final do período escravagista, relatado no capítulo anterior, acompanhou a diminuição da disponibilidade de crédito para empreendimentos agrícolas. À medida que a expectativa de produção, e conseqüente pagamento, foi reduzida com o desenrolar da abolição da escravatura, o sistema bancário nacional perdeu capacidade de financiamento de empreendimentos, possibilidade de ganhos com empréstimos e demais ativos.

Até a crise de mão de obra, o capital que financiava a produção de café vinha majoritariamente de instituições financeiras. À época em que, porém, elas não tinham a adesão anterior: a alternativa de hipotecar terras era um fator importante na concessão de créditos, uma vez que era a principal garantia. Sem a mão de obra necessária, entretanto, a expectativa era de que, em um período de aproximadamente 20 (vinte) anos, os latifúndios se encontrassem exauridos e sem valor comercial que pudesse salvar a dívida.

Ora, se a economia girava majoritariamente em torno da cafeicultura e o capital emprestado aos produtores deixou de ter retorno, as casas bancárias perderam recursos, potência e expressividade ao investir expedientes em negócios que vieram a falir. Assim, para amenizar a escassez de capital, entraram no cenário econômico os bancos ingleses que viriam a sufocar o precário sistema bancário presente no Brasil. Em 1864, as casas bancárias protagonizaram uma falência massiva que levou a um rompimento do já inflacionado financiamento da cafeicultura.

Entre 1870 e 1880, observou-se uma brusca mudança no direcionamento do capital comercial nacional, especialmente no Rio de Janeiro. A necessidade de diversificação das ações levou a uma busca desenfreada por títulos do tesouro nacional, bem como a investimentos em empreendimentos cariocas, embora em menor medida. Nesse momento, ocorreu também a Guerra do Paraguai e a entrada massiva de recursos no tesouro nacional acabou por financiar a maior parte do conflito.

O dinheiro injetado foi drenado rapidamente, e a década de 1880 presenciou uma forte crise de liquidez, causa e consequência da inelasticidade do meio circulante. Quando o capital nacional passou a ser prioritariamente investido em títulos, o Estado assumiu o papel de credor da maior parte do dinheiro circulando na economia, e o consumo destes recursos na referida Guerra levou a uma ausência de capital girando a economia nacional.

Além dos títulos, outra área que foi vista como investimento atraente para os recursos disponíveis para alocação foram os empreendimentos cariocas. As empresas fundadas na ocasião já eram dimensionadas para além do mercado vigente, contando, inclusive, com

tecnologia importada, investimento (principalmente no setor de transportes) propiciado por disposição de capital oriundo da fuga de investimentos da indústria cafeeira.

A situação de baixa disponibilidade de moeda nas praças era agravada pela desbancarização dos agentes econômicos. Os correspondentes bancários se encontravam em número insuficiente para o atendimento da demanda por crédito e o tímido sistema bancário encontrava-se com agentes insuficientes na capital e em situação crítica fora dela. Era comum os indivíduos manterem consigo vasta quantidade de moeda ao invés de depositá-la em instituições bancárias, satisfazendo assim suas demandas ao longo dos meses. Com a classe que dependia de salário não era diferente, e a desbancarização era visível. Tal situação dificultava a ação dos bancos de prover crédito, observada a baixa captação de recursos.

A situação é relatada pelo Autor Marcelo de Paiva Abreu na obra “A ordem do progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil”, conforme trecho:

Essa baixa propensão do público para reter moeda sob forma de depósitos bancários impunha uma limitação estrutural à capacidade dos bancos de expandir seus empréstimos (depósitos) em resposta à maior procura de moeda, já que aquela significava basicamente um reduzido valor para o multiplicador bancário. (Franco, 1995)

O caráter sazonal de busca por crédito e a baixa capacidade dos bancos de atender a demanda fizeram com que o Estado interviesse, autorizando a emissão de moeda para socorrer as instituições bancárias que sofriam com a fuga de capital para outras praças.

Tannuri em sua dissertação de mestrado estudou esse evento através dos dados do Ministério da Fazenda de 1891:

“É oportuno que voltemos nossa atenção ao desempenho do Setor Público” Este, durante a Guerra do Paraguai teve grande soma de recursos por meio do lançamento de apólices. Esta prática, que em princípio deveria cair em desuso após a Guerra, intensifica-se extraordinariamente.”

Veja-se o quadro sobre a evolução da dívida interna.

Quadro 1 Evolução da Dívida Pública Interna do Brasil

| Anos | Mil-réis |
|------|-------------|
| 1864 | 80.376.400 |
| 1869 | 234.312.000 |
| 1885 | 405.640 |
| 1889 | 534.988.300 |

Fonte: Castro Carreira e Relatório do Ministério da Fazenda- 1891.” (Tannuri, 1977)

Os fatos até aqui descritos explicitam que a construção da crise que viria já estava perceptível no cenário nacional. Os grandes atores políticos da época, entretanto, demoraram a entender o contexto que se formava, e não foi até 1885 que uma atitude no sentido de corrigir a escassez de mão de obra foi tomada. Ao invés de pagar pelo trabalho das pessoas raptadas e exploradas que aqui estavam, a elite decidiu unir a necessidade trabalhista a uma política higienista e promoveu movimentos migratórios em massa de italianos, japoneses e povos com a pele clara para "equilibrar a cor do Brasil":

“A elite política e intelectual acreditava que a mistura racial causaria “degeneração” para estes e o futuro da nação estaria comprometida pelo fato de haver grande número de “raças inferiores”, para isso, uma eventual saída seria superioridade numérica de brancos para mudar esse quadro. Razão pela qual se permitiu a entrada no Brasil cidadãos europeus e asiáticos como mão-de-obra.” (CÁ, 2018 p.7).

Assim, a partir de 1885, um grande fluxo migratório, dessa vez não fruto de tráfico de pessoas, adentrou o Brasil com o objetivo de suprir necessidade de mão de obra nas lavouras e "clarear o país". Rapidamente, entretanto, os recém chegados tomaram parte da dinâmica social aqui estabelecida e movimentaram-se para fora dos campos. Cabe salientar que as condições em que os italianos e japoneses vieram para cá se diferenciavam completamente das pessoas africanas escravizadas. Os primeiros receberam recursos e terras para que se estabelecessem, enquanto aos que aqui estavam jamais foi ofertada qualquer compensação pelos absurdos inomináveis a eles impetrados.

No ano de 1888, com a abolição da escravatura e a tardia liberação das pessoas em situação de escravidão, a indústria cafeeira encontrou sua pior fase de disponibilidade de mão de obra e o evento conhecido como a Crise do Encilhamento já se encontrava desenhado. A tentativa de saldar a dívida interna nacional trouxe medidas como aumento de impostos, emissão de moeda e contração de dívida externa. Foi neste contexto que o Brasil presenciou um grande fluxo financeiro advindo de empréstimos da Inglaterra, cuja taxa cambial comprometeu severamente a economia da, ainda, província brasileira.

Entre 1886 e 1888, um total de 12 (doze) milhões de libras esterlinas foram injetadas na economia, potencializando astronomicamente a dívida para com a Inglaterra. Este contexto promove, portanto, ainda no regime imperial, o início de uma especulação que acompanharia o país por décadas.

A vulnerabilidade diante das flutuações cambiais, as crises nos países credores e eventuais diminuições no consumo dos bens que exportamos foram alguns dos fatores que

culminaram no colapso do já combalido cenário econômico, o que nas palavras de Abreu se deram da seguinte forma:

“... uma crise nos centros industriais se reflete nas economias ‘dependentes’, em um primeiro momento, através de uma redução no volume de exportações, e em seguida, através de uma piora nos termos de intercâmbio, e tendo em vista que ‘numa economia deste tipo a conta capital do balanço de pagamentos se comporta adversamente nas etapas de depressão... percebe-se facilmente que [estas] estiveram sempre condenadas a desequilíbrios de balanço de pagamentos e à inflação monetária”.

(Abreu, 1995)

Em suma, o contexto nacional em 1888 era o seguinte: extinto o regime escravista, não havia mão de obra negra para os campos; os italianos e japoneses rapidamente abandonaram as condições insalubres do mesmo setor, minando a solução desenhada pelas elites até então; a dívida interna, decorrente do investimento massivo em títulos do tesouro nacional, subia a níveis galopantes, e a tentativa de saná-la com altos impostos e emissão de moeda não apresentou resultados significativos; a Guerra do Paraguai drenou boa parte destes recursos, bem como daqueles advindos de empréstimos da Inglaterra; a dívida externa, portanto, crescia a níveis ainda mais alarmantes. Em 1889, quando da Proclamação da República, este era o quadro das outrora riquíssimas terras tupiniquins.

4. A CRISE

Durante os últimos anos do império, o Brasil sofreu com os problemas de liquidez que estavam presentes desde os anos 1860 (FRANCO, 1983). A abolição iminente do trabalho escravo e o afluxo maciço de imigrantes europeus aumentou significativamente a população e criou uma necessidade adicional de moeda para atender à demanda por esse trabalho e garantir o pagamento de salários aos cafeicultores. Além disso, o sistema bancário estava subdesenvolvido e havia um forte viés de acumulação, o que limitava a capacidade dos bancos de emprestar e dificultava a concessão de crédito aos cafeicultores.

A situação foi exacerbada pela prolongada seca do início da década de 1890, que aumentou a demanda dos produtores por novos recursos líquidos (VILLELA; SUZIGAN, 1973). O monopólio de emissão do Tesouro, bem como as restrições monetárias enfrentadas nos anos anteriores, só exacerbaram a situação, levando a uma "oferta de dinheiro insuficiente". (CALOGERAS, 1960, p. 150). A década de 1880 foi o período da segunda metade do século XIX em que a política monetária brasileira foi mais restritiva. Dados de Botelho Jr. (2002) mostram que, em oito anos, a medida de circulação caiu de cerca de 216.000 contos de réis para 205.000 contos de réis. Conseqüentemente, a propagação da mão-de-obra assalariada afetou o sistema bancário, causando crises permanentes de liquidez que se intensificaram com a aproximação do ano da abolição da obrigação salarial.

Neste contexto, o debate sobre a necessidade de uma reforma monetária se intensificou. A primeira tentativa de resolver a falta de fundos em circulação foi a Lei Conselheiro Saraiva de 18 de julho de 1885, que autorizou o governo a emitir até 25.000 contos, uma quantia que aumentaria potencialmente a base monetária em 20% (BOTELHO JR., 2002). No entanto, esta medida não foi suficiente e provou ser eficaz apenas a curto prazo. Então, em 1887, o primeiro grande projeto de reforma foi apresentado ao Senado, o que levou à aprovação da Lei de 24 de novembro de 1888.

A Lei de 24 de novembro de 1888 foi introduzida pelo Conselheiro João Alfredo de Oliveira enquanto o Império ainda existia a fim de resolver problemas de liquidez e apaziguar a oposição. A mesma introduziu uma taxa de câmbio fixa e aumentada de 27 pence por mil reais, estabelecendo brevemente o padrão de ouro do país. Entretanto, embora ela se destinasse a estimular os comerciantes de metais a aderir ao padrão ouro, também se destinava a servir os interesses dos negociantes de títulos de crédito, aumentando a oferta de dinheiro e o volume creditício. Era, portanto, inerentemente contraditório procurando conciliar o inconciliável.

A "Lei Bancária" de 1888, como foi chamada, permitiu a criação de bancos privados de emissão, delimitando o fim do monopólio do Tesouro, que poderia emitir tanto lastro metálico quanto títulos da dívida pública, e previa a contratação de um empréstimo para financiar a agricultura. Entretanto, devido às condições desfavoráveis sob as quais os bancos poderiam realizar estas operações, na prática nenhum deles emitiu dinheiro de lastro ou dívida pública.

Diante do fracasso da Lei Bancária de 1888 em satisfazer as exigências da elite cafeeira e da expectativa generalizada de um grande aumento da liquidez, da deterioração do sistema político, da aparente instabilidade do governo imperial e da ascensão dos movimentos republicanos, João Alfredo não conseguiu resistir à pressão e renunciou ao cargo. Em junho de 1889, Visconde de Ouro Preto assumiu a carteira do Tesouro, anunciando como primeiro passo a criação do Banco Nacional do Brasil (BNB), que tinha poderes para controlar a taxa de câmbio e podia emitir até 270.000 contos, valor superior a toda a moeda em circulação (BOTELHO JR., 2002). O direito de emitir moeda, que antes pertencia exclusivamente ao Tesouro, foi concedido a três outros bancos: Banco Nacional do Brasil (RJ), Banco de São Paulo (SP) e Banco do Comércio (RJ).

No contexto do apoio à agricultura, que foi provavelmente uma das principais apostas para conter o movimento republicano, o sistema de crédito João Alfredo foi grandemente expandido por Ouro Preto, e entre 1888 e 1890 o governo fez gastos extraordinários de cerca de 50.000 (cinquenta mil) contos (VILLELA; SUZIGAN, 1973). A injeção de novos recursos promoveu uma atmosfera de otimismo que se tornou ainda mais forte com a mudança de regime político, criando a característica especulativa do período do Encilhamento. Diversas instituições foram criadas com este dinheiro, muitas das quais apenas para tirar proveito da situação. Dada a fragilidade do império, Ouro Preto "fez vista grossa" às irregularidades do sistema para não perder o apoio político (BARBOSA, 2009).

Entretanto, estas medidas não foram suficientes para evitar o colapso do império, e depois que o Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) tomou o poder, a carteira financeira foi assumida por Rui Barbosa, que implementou uma ambiciosa reforma monetária. Sua administração foi a primeira tentativa desde os anos 1850 de criar um programa econômico baseado em ideais de papel. Sua primeira medida foi a lei de 17 de janeiro de 1890.

Na tentativa de não colapsar a economia, elaborou-se um plano que tratava de conceder benefícios a donatários de cafezais que foram atingidos com a proibição de utilização de mão de obra de indivíduos escravizados em suas produções. A intenção era "indenizar" e financiar sua produção com linhas de crédito. A questão é que a destinação

desses recursos era feita de forma a priorizar as lavouras em condição de prosperar diante da crise, jogando ao acaso as fazendas não beneficiadas.

Outra solução encontrada para conter ou amenizar a crise foi o estabelecimento do ouro como padrão de reserva e a obrigatoriedade de vincular as emissões de papel moeda às reservas metálicas. Mas o curso que a economia tomava tornava impossível a manutenção do câmbio nos parâmetros desejados.

A intervenção protagonizada por Ruy Barbosa trouxe a possibilidade de formar empresas sem a autorização do governo. A maior oferta de moeda e a menor exigência de garantias provocou uma mudança no quadro econômico vigente. Em um curto espaço de tempo, a moeda em circulação teve um aumento de 35% (trinta e cinco por cento). O capital que antes se encontrava “escondido” ganhou casa em bancos que apareceram com a política vigente, ocorrendo um aumento significativo na quantidade de bancos atuantes. Nas palavras de Caldeira:

O volume maior de dinheiro ajudou muitas pessoas com dinheiro a se enquadrarem como empresários formais. Assim o ‘mercado escondido nas casas particulares’, observado pe Frei Vicente de Salvador em 1625, encontrou afinal um caminho para funcionar sob a égide da autoridade pública (Caldeira,2017, p. 454 e 455).

Naturalmente, com maior oferta de moeda, a quantidade de empréstimos também teve um salto expressivo. Os tomadores eram empresários que buscavam tanto registrar seus negócios quanto investir neles. Concomitantemente houve um aumento das sociedades anônimas, que emitiram lotes de ações para investir em seus empreendimentos (em especial as ferrovias). Nesse sentido, Caldeira afirma que “A fatia do leão dos novos créditos em São Paulo foi absorvida por indústrias organizadas como sociedades anônimas, que saltaram de 4 para 64 neste ano.” (Caldeira, 2017, p.456).

O progresso econômico foi interrompido por um problema de liquidez de um banco inglês, que acarretou na retirada de investimentos de boa parte dos investidores europeus que tinham no Brasil quantias alocadas em títulos. A queda dos preços dos títulos foi acompanhada de uma evasão de divisas de ordem considerável, motivo pelo qual o ônus da flutuação cambial seria absorvido principalmente por importadores, que teriam que absorver a variação negativa para pagar a taxa alfandegária e despende maior quantia em moeda nacional (Caldeira,2017, p. 459)

Como medida que buscava preparar o Estado para o impacto econômico, foi observada a restrição da autorização de emissão e aumento da taxa de juros dos empréstimos,

sendo assim a fusão dos maiores bancos atuantes no Brasil provocada por Rui Barbosa também foi uma manobra que visava a diminuição das consequências dos fatos anteriores. (Caldeira, 2017, p. 459).

A situação caótica de fuga de capital foi agravada pela substituição de Rui Barbosa por Tristão de Alencar Araripe, que diante de notável imperícia tentou, sem êxito, costurar manobra que proibiria a venda de ações. Agentes do mercado, ao perceber o amadorismo, lograram êxito ao solicitar favores e, conseqüentemente, os importadores conseguiram evitar o pagamento de taxas em ouro, o que acarretou na perda de fonte de receita e os donos dos bancos acessaram quantia voluptuosa de dinheiro sem grandes dificuldades.

A emissão de moeda teve aumento superior a 70% (setenta por cento) em relação ao período de gestão de Rui Barbosa. Tais emissões eram feitas por títulos tomados pelos bancos emissores, os quais emitiam a moeda a ser introduzida na praça. A medida não era exatamente simples e acabou demandando mobilização estatal, conforme se observa do estudo do Autor José Caldeira:

“ Como a economia cafeeira local estava em crise, logo se esgotou a capacidade do comércio e da indústria locais de absorver dinheiro. Com isso, o único modo de o banco emitir mais passou a ser por meio da aquisição ou do lançamento de empresas fora da capital, capitalizando-as em parte; em seguida podia realizar grandes empréstimos para elas com o dinheiro que emitia – na expectativa de que o mercado em rápido crescimento absorvesse tudo, como acontecia sobretudo em São Paulo. Como o mercado não absorveu a papelada, sobrou uma saída para espertos: vender todas as empresas inviáveis para o governo, pelo valor de face.” (Caldeira, 2017, p. 461).

5. CONCLUSÃO

O século XIX representou, para o Brasil, um acúmulo de situações que influenciaram a economia com consequências homéricas: ambiente de instabilidade, crise subsequente que afetou a produção de café, oscilação abrupta (positiva e negativa) de moeda e crédito, inelasticidade do meio circulante, desvalorização latifundiária e fatores políticos, como a influência inglesa e o fim do Império. O resultado foi, no final do século, uma crise de grandes proporções na qual o país enfrentou abundância monetária nas praças, massiva emissão de títulos públicos, fuga de capital e crise de mão de obra.

Um dos fatores mais preocupantes foi a estagnação do mercado interno. Com o aumento vertiginoso da quantidade de moeda em circulação no período, é natural assumir uma escalada da inflação acompanhado da facilidade de acesso ao crédito e das emissões de títulos públicos e ações oriundas de abertura de capital de empresas. Esse período foi marcado por crescimento rápido e consequências que seguiam em proporção.

Sob a ação desse jorro emissor não tardará que da (...) ativação dos negócios se passe para a especulação pura. começam a surgir empresas de toda ordem e finalidade. Eram bancos, firmas comerciais, companhias industriais, estradas de ferro, toda sorte de negócios possíveis e impossíveis. Entre a (...) proclamação de República e o fim da aventura (1891) incorporaram-se no Rio de Janeiro sociedades com capital global de até 3.000.000 de contos: ao iniciar-se a especulação isto é, novembro de 1889, o capital de todas as sociedades existentes no país apenas ultrapassava 800,000 contos. Quintuplicara-se quase este capital em pouco mais de dois anos! (...) A quase totalidade das novas empresas era fantástica e não tinha existência senão no papel. Organizavam-se apenas com o fito de criar ações e despejá-las no mercado de títulos, onde passavam rapidamente de mão em mão em valorizações sucessivas (...). Em fins de 1891 estourou a crise e ruiu o castelo de cartas levantado pela especulação C..) A debacle arrastará muitas instituições de bases mais sólidas, mas que não resistirão à crise; e as falências se multiplicam. O ano de 1892 será de liquidação; conseguir-se-á amainar a tempestade, mas ficará a herança desastrosa legada por dois anos de jogatina e loucura: a massa imensa de papel inconvertível em circulação. Esta subirá, entre 1888 e 1892, de 206.000 contos para 61.000. E como não será possível estancar de súbito este jorro emissor, a inflação ainda continuará nos anos seguintes (PRADO JR, 1981, p 220)

A especulação que acompanhava as emissões de ações facilitadas pelo cenário de crescimento abrupto não passava de mera expectativa. Os papéis teriam sua conversão dificultada e instituições com bases sólidas seriam afetadas, algumas inclusive falindo. A pressão inflacionária se agravava com a dificuldade de liquidez dos títulos por se apresentarem inconvertíveis.

O ambiente de enfraquecimento econômico tornou a economia mais dependente do café, que tinha sua produção voltada para o mercado externo, chegando a representar 64,5%

(sessenta e quatro vírgula cinco por cento) das exportações (Singer, 1988, p. 355). A lucratividade de atividade provocou aumentos nas áreas cultivadas e uma consequente superprodução. Tal fenômeno, por si só, já puxaria para baixo o preço da mercadoria, observada a fuga do preço de equilíbrio. Não bastasse o vício na produção, uma recessão afetou os EUA, que no momento era o maior importador de café.

O cenário subsequente era de crise grave o suficiente para se tornar necessário um acordo de moratória, negociado por Prudente de Moraes e Campos Sales (Carvalho, 2009 p. 13). Concomitantemente, foi observada uma política contracionista, objetivando a adoção de uma política deflacionária e foram tomadas medidas para elevar o custo de vida e impostos. Como consequência, ocorreram algumas falências de negócios e empreendimentos. Ainda que amargas, as medidas evitaram maiores perdas nos setores da indústria e do agronegócio. A adoção de uma política (clientelista) para intervir nos preços do principal produto de exportação veio em seguida.

Em essência, essa política consistia no seguinte: a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre a oferta e a procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada, a fim de solucionar o problema mais a longo prazo, desencorajar a expansão das plantações (FURTADO. 1975. p. 179)

A dependência da economia do preço do café se mostrava um problema a ser tratado para que não agravasse o momento já delicado que atravessava o estado. Diante do câmbio desfavorável, a alternativa de retirar parte do produto do mercado se tornou a escolha plausível e, em 1906, foi celebrado o convênio de Taubaté, que visava a compra do excedente pelo estado e, ao diminuir a oferta em relação a demanda, era reestabelecido o preço de equilíbrio.

Conclui-se, portanto, que as decisões políticas e econômicas tomadas pela elite brasileira no século XIX provocaram, além da Crise do Encilhamento, uma contração da economia que fragilizou o crescimento do Estado. Observaram-se, na sequência, outras crises relacionadas ao preço dos produtos de exportação, crises políticas na recém República e encolhimento do potencial de crescimento econômico nacional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1995.

ARAÚJO, George Z. Aspectos econômicos da República Velha: café, urbanização e industrialização. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Letras e Artes Nº 1, 2009**

BOTELHO JR., C de O. **Instabilidade Financeira na Primeira Década Republicana**. Campinas: UNICAMP, 2002.

CÁ, Glória Augusto. Teorias de embranquecimento no Brasil: últimas décadas do século XIX e início do século XX (1870-1930). Bahia, 2018.p.07.

CALDEIRA, Jorge. História da Riqueza no Brasil: Cinco séculos de pessoas, costumes e governos. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Estação Brasil, 2017.

CALÓGERAS, J. P. **A política monetária do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARVALHO, João Daniel Antunes Cardoso. O TRÁFICO DE ESCRAVOS, A PRESSÃO INGLESA E A LEI DE 1831. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 7 Nº 13, 2012.

FRANCO, G.H.B. **Reforma Monetária e Instabilidade Durante a Transição republicana**. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.

FURTADO, C. [1959] Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MAZZUCHELLI, Frederico. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. São Paulo. 2008. p. 03.

PRADO IR. Caio. História econômica do Brasil 26 ed, São Paulo- Brasiliense. 1981.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (dir.) *O Brasil republicano*, v.1 Rio de Janeiro: DIFEL, 1963. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira. T. 3). Letras, 1988.

TANNURI, Luiz Antonio. O encilhamento. 1977. 141 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000048681>. Acesso em: 18. ago.2021.

VILLELA, A.V. e SUZIGAN, W. 1973. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.